Apresentação do Livro “Viagens Pelas Imediações do Direito”, de Vasco Damasceno Weyne.¹

César Barros Leal²

Senhoras e senhores:

Este é um momento de regozijo, de confraternização, para os parentes e amigos de Vasco Damasceno Weyne. Momento único, até porque, como diz Schiller, eternidade nenhuma o restituirá, ou, na linguagem vascaína, são águas que não passarão por aqui novamente.

Do autor somos todos admiradores. No itinerário fecundo de sua vida, logrou este colher a unanimidade do respeito e do reconhecimento de quantos tiveram a regalia de fruir de sua amizade e ao mesmo tempo vê-lo no desempenho de múltiplas funções, nas quais consolidou uma imagem de retidão, de inteligência e de sensibilidade, ressaltadas por seu colega Oscar d’Alva, no elaborado prefácio de “Viagens pelas Imediações do Direito”.

Confesso-lhes, entre essas colunas, que sou um discípulo fiel de meu irmão e amigo Vasco, em cujo exemplo tenho buscado, no curso dos anos, estímulo e inspiração. Sempre exerceu sobre mim um indisfarçável fascínio a carreira de um homem que se multiplicou em diferentes funções, de professor universitário, advogado criminalista, promotor de justiça, tendo assumido cargos relevantes como o de Procurador Geral Adjunto do Estado, Procurador Geral da Justiça, Presidente da Associação Cearense do Ministério Público e da Seccional do Ceará da Ordem dos Advogados do Brasil, e muitos outros, sem nunca perder a simplicidade, sem jamais ser mesmerizado pelo fogo fá-tuo da vaidade, que Thomas Carlyle indigitava como o sexto sentido, bem como pelo vazio da arrogância, típica dos apoucados de espírito, dos homens sem ideais, dos homens medíocres retratados por José Ingenieros, que fazem “da arte um ofício, da ciência um comércio, da filosofia um instrumento, da virtude uma empresa...” Vasco, ao revés, demonstra inequivocamente que é possível, na lição do grande pensador argentino, viver no “florescimento da virtude”, revelando “que a vida pode ser intensa e conservar-se digna;

1: NO IDEAL CLUBE, NO DIA 12.04. 2002

2: Procurador do Estado e Membro da Academia Cearense de Letras

dirigir-se ao cume, sem encharcar-se em lodaçais tortuosos; encrespar-se... como o oceano, sem que a vulgaridade turve as águas cristalinas da onda, sem que o rutilar de suas fontes seja obscurecido pelo limo.”

No final das “Viagens”, manifesta o autor que seu paradigma foi o saudoso mestre Clodoaldo Pinto, que resignou o cargo de Desembargador para o qual fora nomeado, preferindo dedicar-se ao magistério. Mal sabe o ilustre varão de Plutarco que, mercê de seu talento, de seu engenho, de sua postura digna e destemida ante o autoritarismo, na defesa intransigente de seus pares, fez-se modelo, como os tipos inesquecíveis das Seleções de Readers Digest, para muitos dos que o felicitam nesta noite festiva.

Dou ênfase ao Vasco ser humano, ao Vasco intelectual, de sólida cultura clássica, ao Vasco operador do direito, porquanto indissociável do Vasco escritor e fundamental para a compreensão de sua obra. Como adverte Walt Whitman, “quem toca em um livro, toca num homem.” Montaigne, em seus Ensaaios, via o livro como produto da mesma substância que seu autor. Das páginas de “Viagens pelas Imediações do Direito” emerge a efigie do erudito, do literato, do amante da filosofia, do jurista, capaz de conduzir-nos por temas áridos, técnicos, científicos, com a fluência e a leveza dos que dominam, na plenitude do estilo autorevelador de que nos falava Goethe, a arte de bem escrever.

Na primeira parte do livro, Vasco nos obsequia crônicas primorosas, anteriormente publicadas em jornais, sobre assuntos tão diversos como a tribuna do júri, a prisão domiciliar, o promotor de justiça, o ônus da prova, a lei dos juizados especiais, o advogado criminal, a aposentadoria dos juízes, o controle externo do poder judiciário, o local do crime, os carrascos, a lei promocional e o direito penal brasileiro

Se, por um lado, encantou-me a defesa do Poder Judiciário, “último reducto das esperanças do povo, contra a consumação do colapso total do Estado de Direito”, assim como o elogio ao Ministério Público, “a grande montanha, a cuja sombra se abrigam os interesses sociais mais importantes da coletividade”, por outro lado assenti com a crítica acerba aos que, em minoria e à antiga, *par bonheur*, são partidários da lei dos crimes hediondos, em cujo castelo “de corredores sombrios” transitam “dogmas, mitos e duendes”, que intentam, a todo custo, com forte apoio midiático, vender a falsa imagem de que é indispensável agravar as penas, criar novos tipos penais, num execrável intuito “neocriminalizador” a que aludia João Marcelo de Araújo Júnior, como expe-diente miraculoso de enfrentamento da criminalidade. Vasco lembra, então, a

novela de Kafka, “Na Colônia Penal”, em que um explorador, ao chegar à ilha, é convocado para assistir à execução de um sentenciado. Quando lhe noticiam que esse sequer sabe que vai ser morto, pergunta ao oficial se lhe deram acesso à defesa, ouvindo em resposta: “Não. A culpa aqui é sempre certa.” Não por outra razão assinala Vasco que o direito penal, “pobre e atrasado”, incapaz de “acompanhar a velocidade das mudanças operadas nos costumes da vida governada pela mídia e pela informática”, serve por vezes para o deleite de museólogos ou o uso e gáudio do Príncipe. Suas idéias, nesse aspecto, estão em sintonia com o pensamento dos grandes penalistas da contemporaneidade, como Antonio Beristain, para quem “el Derecho Penal tradicional ha contribuido excesivamente a consolidar la seguridad de los que mandan, no de los marginados etc., a conservar el orden público heredado, a mantener unas estructuras de opresión y represión; y especialmente en el terreno político, pero también en el terreno socioeconómico, con injusta opresión de clase trabajadora.” Em sua obra “Temas de Direito Processual Penal”, de 1982, Vasco já cobrava a atualização do direito penal, ante o diagnóstico de que se exauriu, de que a esclerose atingiu suas artérias, ou, nas palavras de Damásio Evangelista de Jesus, de que se mostra “ausente de rumo”. Na recorrência de seu intenso otimismo, Vasco, porém, saudou o direito penal, em “Memória de um Temerário”, publicado no ano de 2000, como “uma ciência com um conteúdo de valores culturais mas eminentemente teleológica, à qual interessa não apenas a repressão pura e simples da conduta criminosa, mas, sobretudo, o aperfeiçoamento do homem, em função de seu destino na sociedade.”

Na segunda parte do livro, o autor reúne uma série de ensaios, que reafirmam sua erudição e entre os quais realço: os fundamentos filosóficos e lingüísticos de uma antiga disputa; a dicção poética na prosa jurídica; o direito livre e o direito alternativo; a inseminação artificial; o estelionato; a morte compassiva e a morte obsequiosa; os elementos do tipo no crime de corrupção ativa; e o tribunal do júri, este último visto a partir de suas origens, de sua evolução, de suas características e competência.

No ensaio sobre a “dicção poética na prosa jurídica”, retomando o raciocínio desenvolvido em “Temas de Direito Processual Penal”, no qual asseverava que “um dia – um dia longínquo – a pena privativa de liberdade desaparecerá na vida dos povos e será rememorada sob a mesma impressão rebarbativa que fazemos hoje do talião”, Vasco, defensor do direito penal mínimo, na esteira de estudiosos do porte de Zaffaroni e Louk Hulsman, reitera a crítica à pena detentiva e cita um trecho da “Balada do Cárcere de Reading”,

de Oscar Wilde: “Não sei se as leis são justas ou injustas; / nós que fazemos na prisão / tudo quanto sabemos é que é forte / essa muralha que a circunda / e que igual a um ano é cada dia, / ano de dias infundáveis...”

Instigante o ensaio sobre o Direito Alternativo, “teoricamente fundado nos pensadores frankfurtianos, em sua Teoria Crítica, especialmente com Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas e em outros saberes que floresceram neste século”, direito alternativo que, “contrário à concepção da neutralidade do direito”, declara-se “abertamente a favor dos oprimidos, considerando mitos e dogmas predominantes no sistema jurídico vigente, formas ideológicas que nutrem a jurisprudência falaciosa da dominação.”

Discorrendo sobre o “estelionato, evolução histórica e do tipo e questões controvertidas”, pertinentes são os conceitos sobre a Vitimologia e o papel da vítima no contexto do evento criminoso, nomeadamente sua anuência em modalidades delitivas como o estelionato, recordando o ensinamento de Edgar de Moura Bittencourt, para quem, “em nenhum outro crime, a participação do sujeito passivo merece tanto cuidado de observação”, sendo necessária, a seu juízo, a criação da figura imprópria do estelionato para “o caso em que o agente, aproveitando-se da desonestidade de alguém (desídio criminoso ou malícia), ou provocando-a, praticasse contra este o fato descrito como estelionato”, hipótese em que a pena seria mais benigna.

Em ensaio sobre a eutanásia, Vasco nos mostra o conceito de morte - a morte que nos iguala e irmana -, à luz da poesia, da medicina e do direito. Se, a morte, afirma, para Augusto dos Anjos é a serpente má, de língua envenenada, que tudo devora em seu caminho; se a morte, na expressão poética de Mário Quintana, com ele nasceu, despertou, balbuciou e cresceu, para o direito, porém, é apenas um fato de natureza biológica que põe fim à existência da pessoa humana e instaura um ciclo de conseqüências em relação a outras pessoas. Centrando-se na relevância jurídica da morte, esse assassino invisível, na visão de Honoré de Balzac, debruça-se sobre o homicídio piedoso ou por compaixão, visto no marco de uma reforma da parte especial do código penal que o previa como espécie do crime de homicídio.

Inúmeros outros ensaios se contêm neste livro em que o autor incursiona pelas imediações do direito e cuja leitura recomendo por suas lições doutrinárias e jusfilosóficas e pelo testemunho eloqüente de seu compromisso com a justiça e com o imperativo categórico da ética.

Com sua proverbial modéstia, Vasco se penitenciou, no lançamento de “Temas Penais”, em 1972, pela edição na mocidade de um opúsculo de

poesias e confessou o receio de estar incorrendo em novo equívoco. O tempo, simbolizado na ampulheta de areia da câmara de reflexões em cujo interior Vasco escreveu seu testamento, o tempo, “o maior e mais certo fator da justiça na ordem das coisas”, no magistério de Rui Barbosa, o tempo lhe faz ver agora, nesta noite, 30 anos depois, que não tinha nenhum sentido a dúvida que então o inquietava, posto que as obras literárias e jurídicas que continuou produzindo, obras “simples, desambiciosas e honestas” – tal como seu pai queria que ele próprio fosse, e ele efetivamente o é – credenciaram-no como uma das reservas culturais e morais de sua terra, que hoje, *omnium consensu*, lhe enaltece os méritos e o concurso inestimável na construção, como pedreiro-livre, de nosso presente. Com razões sobradas a Dra. Socorro França, em seu discurso de posse, em segundo mandato, no cargo de Procuradora Geral da Justiça, destacou, entre outros dirigentes que a antecederam, o Dr. Vasco Damasceno Weyne, “sob cuja condução se deu a difícil e fundamental passagem para a maturidade institucional” do Ministério Público, de cuja história, em nosso Estado, tem participado vigorosamente ao longo de várias décadas.

Concluo recorrendo uma vez mais a Rui Barbosa, em “Queda do Império”: “Se é certo, no dizer de Voltaire, que às vezes basta um tolo para desdourar uma nação, não menos verdade é que, às vezes, para enobrecer uma nação, basta um homem.” Um homem como Vasco Damasceno Weyne.